

O MUSEU NACIONAL: DAS MUSAS AO “LETAL” ESQUECIMENTO? NÃO!



Após a vitória dos deuses do Olimpo sobre os Titãs, foi solicitado a Zeus que criasse divindades “para oblvio de males e pausa de aflições” (Hesíodo. **Teogonia** v. 55). Zeus, então, partilhou por nove noites o leito com Mnemósine, a deusa da memória, que, um ano depois, deu à luz nove filhas em um lugar próximo ao monte Olimpo. Eram as Musas, que diziam o presente, o futuro e o passado. O som de suas bocas fluía infatigável e suave. Invocando as Musas, o poeta inspirava-se diretamente na ciência de Mnemósine, isto é, no seu conhecimento das “origens”, dos “primórdios”, das genealogias. O passado, assim desvendado, é mais que o antecedente do presente. Recuando até ele, a rememoração procura não situar os acontecimentos num quadro temporal, mas permite compreender o devir no seu conjunto.

Condizente com esse sentido primevo, os museus se constituíram como um dos lugares privilegiados de construção de memória. Logo, a destruição de um museu seria como beber as águas do rio Lete. Na cosmogonia grega, o Lete é um dos rios do Hades e aqueles que bebessessem da sua água ou, até mesmo, a tocassem, experimentariam o completo esquecimento das suas vidas passadas, ocasionando o “letal” esquecimento. A noite de 2 de setembro foi funestamente marcada pelo incêndio do Museu Nacional, abrigado no Palácio de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, edificação histórica que foi residência da Família Real Portuguesa no Brasil (1808-1821) e, depois, da Família Imperial Brasileira (1822-1889) e, ainda, sede da Assembleia da primeira Constituição republicana do País (1889-1891). A tragédia do Museu Nacional decorreu em consequência do tratamento desidioso que caracteriza a política governamental brasileira em relação à Cultura e Educação do nosso país, o que nos aproximou perigosamente do rio Lete, pela perda de parte significativa do seu acervo, calculado em, aproximadamente, 20 milhões de itens catalogados ao longo dos seus duzentos anos de existência, completados, justamente, em junho de 2018. O Museu Nacional, a instituição museal mais antiga do País, era considerado o quinto maior museu do mundo em acervo.

Podemos perceber no Museu Nacional a continuidade da tradição do *Mouseion* (“Instituição das Musas”) de Alexandria no Egito, criado por volta do século III a.C., que dispunha de biblioteca, jardim botânico, zoológico, observatório astronômico e laboratório anatômico. Os primórdios do Museu Nacional remontam ao Museu Real, criado por D. João VI em 1818, com a finalidade de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes”. Para seu estabelecimento, foi adquirida uma casa no Campo de Santana pela Coroa. O acervo do Museu Real constituiu-se, inicialmente, da coleção de objetos naturais, de arte e artefatos indígenas, e incorporou também o Gabinete dos Instrumentos de Física e Matemática. Posteriormente, passou a receber materiais de todas as capitânias e de outros continentes. Era também responsável pela análise das aplicações práticas dos produ-

tos naturais. Em 1824, após a independência do País, era referido como Museu Imperial. Com a República, em 1889, o Museu passou a se chamar Museu Nacional, sua denominação atual, e sua sede foi transferida do Campo de Santana para o Palácio de São Cristovão em 1892. Em 1946, foi incorporado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, consolidando-se como referência em diferentes áreas do saber científico através de suas atividades de pesquisa, ensino e disseminação do conhecimento.

Por ser um museu de História Natural, o seu acervo abrangia coleções de diversas naturezas, dentre elas, geológica, paleontológica, zoológica, botânica, entomológica, antropológica, etnológica e arqueológica. Nesta última, havia duas coleções em particular que eram muito caras aos estudiosos da Antiguidade: a Coleção Egípcia e a Coleção Teresa Cristina, que compunham a exposição “Culturas do Mediterrâneo”. A primeira coleção começou em 1826 com a venda de antiguidades egípcias – escavadas por Giovanni Belzoni – pelo mercador italiano Nicolau Fiengo para o imperador D. Pedro I. Os objetos egípcios comprados foram doados para o então chamado Museu Real. Em 1876, em sua viagem ao Egito, o imperador Pedro II foi presenteado pelo Quediva Ismail com o esquite da cantora do deus Amon, Sha-Amun-en-su. Posteriormente, a Coleção Egípcia foi acrescida de outros objetos por meio de doações ou compras de particulares, chegando a cerca de 700 objetos: estelas, estátuas, esquifes, shabits, múmias (humanas e animais), papiros, bronzes, líticos, cerâmicas pré-históricas, amuletos e alguns objetos núbios. Por sua vez, a Coleção Teresa Cristina era formada por mais de 700 peças, dentre vasos de cerâmica e vidro, lamparinas, estatuetas, artefatos em bronze, amuletos e afrescos, datados entre o século VIII a.C. e o III. Sua existência deve-se à Teresa Cristina, princesa do Reino das Duas Sicílias, que se tornou esposa do imperador brasileiro D. Pedro II em 1843. As descobertas arqueológicas, advindas das escavações sistemáticas, a partir de meados do século XVIII, na região da baía de Nápoles, soterrada pela erupção do vulcão Vesúvio em 79, impactaram Teresa Cristina. As primeiras peças da coleção teriam vindo com a futura imperatriz brasileira ou enviadas como presente de casamento. Posteriormente, a coleção foi acrescida através do intercâmbio com seu irmão Fernando II (rei das Duas Sicílias)

de artefatos indígenas brasileiros por antiguidades greco-romanas e também com peças oriundas de escavações arqueológicas, por ela financiadas, em sua propriedade, recebida como herança, em Veio, no norte da Itália.

O Laboratório de História Antiga da UFRJ foi tomado de imensa tristeza e indignação com o incêndio e se solidariza com os nossos colegas do Museu Nacional neste momento difícil. Urge que sejam tomadas medidas eficazes em prol dessa importante instituição museal, para a continuidade de suas atividades de ensino e pesquisa, de exposições públicas, de divulgação científica e de assistência ao ensino. Faz-se, cada vez mais necessário, num país amnésico como o nosso, que se preserve com afincos o dom sagrado das Musas aos homens.